

“Resistir para existir”: conservadorismo, gênero e sexualidade no contexto educacional

**Kelvi da Silva Oliveira** 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega 

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, PE, Brasil

Resumo

Em um contexto de recrudescimento dos discursos conservadores e de significativos retrocessos nas políticas públicas educacionais, a discussão sobre a educação sexual no espaço escolar precisa ser ampliada. Isso é fundamental para que a temática assuma centralidade no currículo, afastando os esvaziamentos induzidos pela expansão das forças conservadoras. Este artigo assume a educação sexual como um eixo estruturante de uma pedagogia comprometida com o reconhecimento das identidades de gênero e a valorização das orientações sexuais em sua diversidade. Ancorado nas contribuições teóricas de Heilborn (2006), Santos (2018), Silva (2014) e Vitiello (1995), o estudo analisa o papel da escola como espaço de disputa e transformação social, destacando seu potencial de resistência frente à perpetuação de preconceitos e estigmas. Com base em análise bibliográfica, o estudo aponta para a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, sustentadas por políticas públicas que promovam a equidade, o reconhecimento das diferenças e a consolidação de uma cultura escolar democrática.

Palavras-chave

educação sexual; diversidade; gênero; sexualidade.

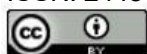
“To resist is to exist”: Conservatism, gender, and sexuality in educational contexts

Abstract

In a context marked by the resurgence of conservative discourse and significant setbacks in public educational policies, the discussion around sexual education within schools must be expanded, so that the topic assumes a central place in the curriculum and resists the dilution brought about by the strengthening of conservative forces. This article approaches sexual education as a foundational axis of a pedagogy committed to the recognition of gender identities and the appreciation of diverse sexual orientations. Grounded in the theoretical contributions of Heilborn (2006), Santos (2018), Silva (2014) and Vitiello (1995), the study analyzes the role of the school as a space of contestation and social transformation, emphasizing its potential for resistance against the perpetuation of prejudice and stigma. Based on a bibliographic review, the study underscores the need for inclusive pedagogical practices supported by public policies that promote equity, the recognition of differences, and the consolidation of a democratic school culture.

Keywords

sexual education; diversity; gender; sexuality.



“Resistir para existir”: conservadurismo, género y sexualidad en contextos educativos**Resumen**

En un contexto de recrudescimiento de los discursos conservadores y de significativos retrocesos en las políticas públicas educativas, resulta necesario ampliar el debate sobre la educación sexual en el ámbito escolar, con el objetivo de que esta temática ocupe un lugar central en el currículo y se eviten vaciamientos inducidos por el avance de fuerzas conservadoras. Este artículo concibe la educación sexual como un eje estructurante de una pedagogía comprometida con el reconocimiento de las identidades de género y la valorización de las orientaciones sexuales en su diversidad. Basado en las aportaciones teóricas de Heilborn (2006), Santos (2018), Silva (2014) y Vitiello (1995), el estudio analiza el papel de la escuela como espacio de disputa y transformación social, destacando su potencial como ámbito de resistencia frente a la perpetuación de prejuicios y estigmas. A partir de un análisis bibliográfico, el trabajo señala la necesidad de prácticas pedagógicas inclusivas, sustentadas en políticas públicas que promuevan la equidad, el reconocimiento de las diferencias y la consolidación de una cultura escolar democrática.

Palabras clave

educación sexual; diversidad; género; sexualidad.

1 Contextualizando a educação sexual na escola

Em um cenário marcado por disputas ideológicas e tensionamentos em torno das políticas educacionais, a educação sexual emerge tradicionalmente como um dos campos mais vulneráveis à influência do pensamento conservador. Sustentadas por discursos morais e religiosos, determinadas correntes conservadoras buscam restringir o debate sobre sexualidade às esferas privadas, deslegitimando e/ou esvaziando a sua presença no espaço escolar. Tal movimento reduz a complexidade do tema a noções estritamente biológicas, ignorando suas dimensões sociais, afetivas, culturais e identitárias. Nesse contexto, silencia-se a pluralidade das vivências e experiências dos estudantes, comprometendo o papel da escola como promotora de direitos e espaço de desenvolvimento integral.

O avanço do conservadorismo nas políticas públicas de educação tem resultado na supressão de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares, impactando diretamente a efetivação de uma pedagogia inclusiva. Essa ofensiva discursiva não apenas reforça estigmas e invisibiliza sujeitos historicamente marginalizados, como também alimenta práticas excludentes e múltiplas violências no ambiente escolar. Diante desse cenário, reafirmar a educação sexual como

componente essencial da formação cidadã é, acima de tudo, um ato político-pedagógico, no sentido de garantir o direito à informação, ao respeito e à dignidade para todos os estudantes, em consonância com os princípios de uma sociedade democrática (Alves, 2022; Santos, 2018).

A educação sexual, como articulada por Vitiello (1995), deve ser compreendida não como um simples conteúdo informativo, mas como um processo educativo profundo e transformador, destinado à formação de atitudes conscientes e responsáveis diante da sexualidade e das múltiplas formas de vivê-la. Ela não pode ser restrita ao domínio da mera transmissão de dados; ao contrário, pressupõe a construção de um conjunto de atitudes, que, por sua natureza, emergem de um entendimento vasto e complexo sobre o sexo e as dinâmicas intrínsecas à sexualidade humana.

A construção da sexualidade tem, ao longo do tempo, despertado crescente atenção social. Embora seu desenvolvimento se inicie na infância, é na adolescência que se intensifica, fase marcada por mudanças hormonais e corporais e pela descoberta do desejo. Confiança, imagem corporal e autoestima constituem pilares desse processo, influenciando o comportamento e a formação identitária. Compreender essa complexidade exige uma abordagem ampla e informativa no contexto escolar, que possibilite aos estudantes lidarem de forma consciente e segura com as transformações vividas nesse aspecto central da experiência humana (Sarat; Campos, 2014).

A sexualidade humana encontra-se frequentemente imersa em *tabus* e preconceitos, reflexos do espírito do tempo em que tais questões são entendidas, debatidas e interligadas no contexto social. Embora o ensino sobre sexualidade seja abordado na adolescência, devido à regularidade das aulas escolares, sua construção é um processo contínuo ao longo da vida. Não se limita a uma fase específica da existência humana, sendo resultado de um conjunto complexo de referências que envolvem a compreensão do corpo, dos desejos e das relações sociais que tanto legitimam quanto restringem práticas. A sexualidade, como elemento essencial na formação da personalidade, exerce uma influência profunda no desenvolvimento humano, refletindo nas formas de relacionamento dos indivíduos com os outros e com o mundo ao seu redor.

A abordagem da sexualidade no ambiente escolar deve ir além dos aspectos meramente biológicos, incorporando suas dimensões emocionais, sociais e culturais. Para Freire (2021), a educação é um ato libertador, capaz de estimular nos alunos a capacidade de questionar a realidade e confrontar as normas sociais impostas. Sob essa ótica, a educação sexual promove o autoconhecimento, favorece a aceitação das diferenças e desafia estigmas, preconceitos e convenções de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A escola, nesse cenário, desempenha um papel essencial na sociabilidade, sendo um espaço crucial para a descoberta de si e do outro. Ao ampliar o repertório dos alunos, a escola permite uma compreensão mais profunda das múltiplas dimensões do corpo, do desejo e das relações interpessoais, promovendo o respeito à diversidade e à pluralidade de experiências. Torna-se imperativo que a instituição escolar crie um ambiente que valorize e potencialize as experiências diversas dos alunos, oferecendo um espaço para reflexão sobre questões frequentemente vistas como *tabus*. Esse processo inclui o contato com a diversidade e a ampliação do conhecimento sobre sexualidade, muitas vezes ausente no ambiente familiar, auxiliando na redução de preconceitos e permitindo um debate respeitoso e esclarecedor. Como destaca Heilborn (2006), esse esforço contribui para que as dúvidas, medos e incertezas sobre sexo e sexualidade não sejam mais tratados como práticas vergonhosas ou desviantes.

A escola configura-se como um dos espaços mais potentes para a socialização e o debate sobre educação sexual, por sua capacidade de articular saberes que envolvem a sexualidade, a orientação sexual e as questões de gênero. Como destacam Salvatierra *et al.* (2019), esse ambiente é propício à desconstrução de estigmas e à promoção de valores inclusivos. A atenção à comunidade LGBTI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais) revela-se essencial, tanto pela centralidade de suas vivências nos conteúdos da educação sexual quanto por seu papel na consolidação de uma cultura escolar pautada na diversidade e nos direitos humanos.

Ao considerar as influências culturais e sociais, torna-se evidente que a ausência de uma educação sexual inclusiva contribui para a reprodução de estereótipos e a marginalização de sujeitos que não se adéquam aos padrões heteronormativos. Para que a escola exerça plenamente sua função social, é essencial

que se configure como um espaço de escuta, acolhimento e pertencimento, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual dos estudantes. Silva (2012) destaca que a inserção de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no currículo escolar favorece a construção de uma cultura pautada no respeito mútuo e na compreensão das diferenças – pilares indispensáveis para a formação de sujeitos mais conscientes e socialmente comprometidos.

É importante que a escola possibilite um ambiente privilegiado de problematização da sexualidade, explorando o máximo possível suas múltiplas determinações. Só assim ela poderá contribuir para a formação crítica dos sujeitos e, com isso, construir a sua função social de maneira plena. Nesse sentido, os currículos precisam garantir a discussão mais ampla possível, incorporando nos processos educacionais a escuta ativa dos jovens a fim de auxiliar de forma significativa na compreensão e questionamento das normas de gênero e sexualidade, contribuindo para a superação de estigmas e preconceitos. Esse caminho de inclusão da educação sexual como parte estruturante do currículo fundamenta práticas de valorização da diversidade sexual e garante uma formação ética e cidadã, umas das principais estratégias de enfrentamento ao recrudescimento do conservadorismo.

Outro polo fundamental para a construção de um ambiente escolar capaz de se contrapor ao avanço do conservadorismo ao mesmo tempo que promove a construção de práticas escolares inclusivas é a compreensão da formação docente como um componente essencial para a implementação eficaz de uma educação sexual inclusiva e plural. Professores e professoras precisam estar capacitados para abordar temas relacionados à sexualidade com sensibilidade, conhecimento e responsabilidade ética, superando preconceitos pessoais e facilitando diálogos com segurança e respeito. Conforme Santos (2018), a resistência ou o despreparo dos educadores diante dessas questões perpetuam *tabus*, enquanto a formação adequada transforma a escola em um espaço de acolhimento, valorizando a diversidade. Um ambiente escolar estruturado dessa maneira contribui para a promoção da alteridade como um princípio fundamental da convivência social.

A consolidação de uma formação docente voltada à inclusão enfrenta entraves significativos diante da ascensão de discursos conservadores que tensionam o espaço

escolar. Essas forças ideológicas tendem a deslegitimar a educação sexual como parte integrante da formação cidadã, classificando-a como ameaça aos valores tradicionais e familiares. Tal postura não apenas fragiliza políticas públicas comprometidas com os direitos humanos, como também impõe limites à atuação de educadores que, muitas vezes, veem-se cerceados por pressões externas e institucionais. Nesse cenário, fortalecer a preparação docente torna-se uma medida urgente para enfrentar a desinformação e garantir práticas pedagógicas que afirmem o respeito à diversidade como princípio fundamental da educação contemporânea.

É fundamental ressaltar que a comunidade LGBTI+ enfrenta, de maneira constante, diversos tipos de preconceito e violência, o que, em muitos casos, compromete a qualidade de vida de inúmeros indivíduos, devido à incapacidade de alguns em respeitar os direitos universais humanos. Tais práticas de discriminação, profundamente desumanas, fragilizam os direitos fundamentais dos cidadãos, conforme ressaltado por Arenhart e Pasqualli (2023), evidenciando a urgência de uma mudança estrutural nas normas sociais e legais que regem a convivência em sociedade.

A educação sexual não pode ser encarada como uma disciplina isolada, mas sim como uma dimensão essencial que atravessa todo o processo educacional. Sua abordagem deve se expandir para além das aulas de Biologia ou Ciências, sendo integrada às discussões de áreas como História, Geografia, Sociologia, Literatura e outras, que fomentem a reflexão sobre identidades, corpos e direitos. Essa perspectiva interdisciplinar proporciona uma visão mais aprofundada da sexualidade, promovendo a inclusão e o reconhecimento da diversidade humana.

Um aspecto essencial da educação sexual no ambiente escolar é o papel da família na formação do entendimento sobre sexualidade. A escola, enquanto espaço de desenvolvimento integral, pode funcionar como uma ponte entre as informações que os alunos recebem em casa e a diversidade de experiências que vivenciam na sociedade. É comum que muitas famílias não abordem esses temas de maneira adequada, seja por falta de conhecimento, por preconceito ou por *tabus* que persistem ao longo do tempo. Dessa forma, a escola se torna um ambiente privilegiado para fornecer aos estudantes informações corretas e propiciar uma reflexão sobre suas vivências. Para Heilborn (2006), é fundamental que a escola complemente o que não é discutido no âmbito

familiar, promovendo uma educação sexual inclusiva, que respeite as diferenças e contribua para a emancipação dos discentes.

A educação sexual, quando abordada de maneira abrangente, desempenha um papel crucial na prevenção da violência de gênero e da discriminação. De acordo com Dinis (2008), a ausência de um debate aberto sobre questões de gênero e sexualidade favorece a perpetuação da violência contra mulheres e pessoas LGBTI+. A educação sexual emerge como uma poderosa ferramenta de prevenção, promovendo a conscientização dos jovens sobre direitos humanos, igualdade de gênero, consentimento e respeito às diferenças. Não apenas se adquire conhecimento, mas também se fomenta a transformação das relações interpessoais e sociais, contribuindo para um ambiente mais justo e igualitário.

O objetivo deste artigo é analisar a importância da educação sexual no ambiente escolar, com ênfase na promoção de um espaço inclusivo que reconheça e valorize a diversidade de gênero e sexualidade. Ao explorar o papel da escola como agente formador e transformador, busca-se demonstrar como uma abordagem pedagógica abrangente pode não apenas combater preconceitos e estereótipos, mas também contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para a compreensão e vivência saudável de sua sexualidade.

2 Dialogando com o ser estranho em formação a partir das questões de gênero e sexualidade

O conceito de gênero compreende uma multiplicidade de construções identitárias que desafiam os modelos binários e fixos de masculinidade e feminilidade. O recrudescimento do conservadorismo moral tem intensificado a rejeição a essas expressões, promovendo um discurso alarmista que posiciona a diversidade como ameaça à ordem social. Movimentos autoproclamados defensores dos “bons costumes” operam pela lógica do medo, produzindo um ambiente hostil que marginaliza e silencia corpos dissidentes. Essa retórica se aproxima de regimes autoritários nos quais o controle sobre identidades é ferramenta de dominação, colocando pessoas LGBTI+ na condição de inimigos simbólicos do Estado (Rocha, 2019).

É imprescindível romper com as concepções essencialistas sobre gênero, uma vez que tal categoria não deve ser entendida como uma identidade natural, estática ou imutável. Pelo contrário, gênero deve ser reconhecido como “[...] uma performance instituída pela repetição estilizada de diversos atos, que são percebidos, regulados e coercitivamente reforçados como femininos ou masculinos” (Ramos, 2021, p. 18). Torna-se crucial refletir sobre os padrões de comportamento e os valores que permeiam a sociedade, além da falta de compreensão mútua que dificulta o reconhecimento das experiências e identidades alheias. Butler (2014, p. 4) complementa essa reflexão ao destacar que:

A sugestão de que gênero é uma norma requer maiores elaborações. Uma norma não é o mesmo que uma regra, e não é o mesmo que uma lei. Uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização. Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante a quaisquer esforços de descontextualização de sua operação. Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem.

A configuração da sociedade contemporânea revela um cenário marcado pela desordem e polarização, em que a valorização do efêmero e do transitório prevalece. O crescimento de movimentos conservadores no Brasil surge como um reflexo claro desse processo, impulsionando uma agenda que não só propaga um conservadorismo moral e social, mas também reafirma o patriarcado e os valores tradicionais como formas de restringir a pluralidade e a diversidade. Em vez de buscar avanços concretos para a sociedade, essa corrente se dedica a combater ideologias e conceitos desprovidos de base real, como a chamada “ideologia de gênero”, alimentando uma atmosfera de pânico moral e falso moralismo (Machado, 2018).

O pensamento conservador, ao fomentar visões excludentes e polarizadoras, desconsidera os princípios basilares da democracia, que exigem o respeito pelas diferenças e o reconhecimento da dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua identidade ou orientação. A disseminação de ódio e discriminação, frequentemente disfarçada sob a justificativa da defesa de valores tradicionais, compromete a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a diversidade deve ser reconhecida e protegida como um direito fundamental e inalienável.

Esse movimento, ao rejeitar a diversidade de identidades e orientações sexuais, reforça a ideia de uma sociedade homogênea e rigidamente estruturada, em que as normas tradicionais de gênero e sexualidade são vistas como as únicas legítimas. Essa postura, em vez de contribuir para a construção de uma convivência mais inclusiva e democrática, fomenta um clima de intolerância e exclusão, dificultando o reconhecimento e o respeito à pluralidade de experiências humanas. O impacto disso se reflete diretamente nas políticas públicas e na educação, áreas em que o debate sobre direitos humanos e diversidade continua a ser um terreno de disputa, com consequências profundas para a formação das futuras gerações.

Aceitar comportamentos discriminatórios, que desrespeitam os princípios democráticos e promovem preconceito, é inaceitável. Tais atitudes, além de violarem os direitos fundamentais, devem ser rigorosamente enfrentadas e punidas conforme a legislação vigente. Forçar alguém a aceitar ou rejeitar algo que não lhe diz respeito infringe os direitos individuais e os valores da democracia, que garantem proteção igualitária a todos os cidadãos.

As questões de gênero continuam a ser influenciadas pela heteronormatividade compulsória, que impõe um padrão rígido e binário aos corpos, forçando a sociedade a aderir a esse modelo. Essa imposição desconsidera a legitimidade da diversidade de experiências e identidades, não refletindo a pluralidade da sexualidade humana e das múltiplas identidades de gênero. Para Dal'Igna *et al.* (2019, p. 4):

Os estudos de gênero pós-estruturalistas permitem rejeitar e problematizar noções biologicistas, essencialistas e universais de mulher e de homem para argumentar que, no interior de diferentes processos culturais, os indivíduos e seus corpos são transformados em – aprendem a reconhecer-se como – sujeitos femininos e masculinos.

Ainda segundo os autores:

[...] temos precisado refazer a própria história do conceito de transversalidade de gênero, ou *gender mainstreaming*, sua emergência no contexto dos movimentos internacionais recentes de mulheres, sua incorporação/regulação pela ONU e outros organismos internacionais, bem como a sua institucionalização no âmbito do Estado brasileiro atual, em articulação com uma gramática e um vocabulário bem específicos, que envolvem termos como igualdade, equidade, intersetorialidade e interseccionalidade, por exemplo (Dal'Igna *et al.*, 2019, p. 11-12).

A subjetividade de uma pessoa não pode ser reduzida à forma como ela se define, pois está também relacionada à imagem que projeta de si mesma. Essa concepção é profundamente influenciada pela heteronormatividade, que pode desestabilizar a centralidade do indivíduo, impondo padrões rígidos e limitadores. Salles e Ceccarelli (2010) afirmam que a banalização da sexualidade, muitas vezes vista como um retrocesso no contexto social e educacional, ou como um fator de marginalização, distorce a ordem natural e constitui uma grave injustiça, violando os direitos dos cidadãos.

A sexualidade, frequentemente tratada de forma negativa, ultrapassa as dimensões pessoais e envolve questões como gênero, identidade, orientação sexual, sexo e reprodução. Esses aspectos revelam a complexidade dos saberes e a persistência de *tabus* que, apesar dos avanços sociais, ainda são centrais em debates sobre o corpo, a história e os costumes. A resistência a esses temas se reflete também na regulação biológica, social e cultural dos indivíduos.

Essa visão restrita e estigmatizante da sexualidade reflete uma resistência à diversidade humana. Apesar dos avanços nos discursos inclusivos, ainda persistem narrativas conservadoras que tentam controlar corpos e comportamentos, reforçando estereótipos e normas heteronormativas. A escola, como espaço de formação cidadã, tem o poder de desafiar esses *tabus*, promovendo uma educação que valorize a diversidade e respeite as diferentes identidades e formas de vivenciar a sexualidade. É essencial buscar uma compreensão mais ampla e inclusiva das questões de gênero e sexualidade, superando as limitações de visões excludentes.

A resistência às abordagens inclusivas sobre gênero e sexualidade é frequentemente alimentada por narrativas conservadoras que, ao longo do tempo, buscam manter e reforçar padrões rígidos de comportamento. Essas narrativas não apenas ignoram a complexidade da identidade humana, mas também limitam a capacidade de cada indivíduo se expressar. Em uma sociedade que, ainda que lentamente, move-se em direção ao reconhecimento das múltiplas formas de viver e se identificar, as tentativas de retomar uma visão restritiva e binária são perigosas e prejudiciais ao progresso social. Essa resistência, frequentemente associada a posturas conservadoras, acaba por estigmatizar aqueles que se afastam dos padrões normativos

e enfraquece os princípios de igualdade e liberdade que deveriam orientar qualquer sociedade democrática (Mouffe, 2005; Ribeiro; Moraes; Kruger, 2019).

Na luta por afastar as influências conservadoras da escola e como estratégia para combater o recrudescimento conservador do mundo atual, é fundamental resgatar as resistências já construídas como ponto de partida para a compreensão complexa do enfrentamento possível. Assim, os corpos estranhos que são pauta de estereótipos e preconceitos dos conservadores podem aparecer, principalmente no contexto formativo da escola, como pertencentes a sujeitos políticos que entendam a necessidade da resistência possível construída pela compreensão da sua existência como uma luta política e cotidiana.

É através do corpo político do sujeito LGBTI+ formado em um ambiente escolar inclusivo que será possível a construção de uma crítica profunda às normatividades que regem os discursos sobre gênero e sexualidade. Butler (2003) argumenta que o gênero não é uma essência natural, mas uma *performance* reiterativa que produz os efeitos de uma identidade estável. Questionar a naturalização do binarismo de gênero e da heterossexualidade compulsória é uma forma de desestabilizar as normas que sustentam a exclusão de sujeitos dissidentes. Os espaços de formação subjetiva e socialização normativa, como a escola, precisam ser problematizados, o que implica compreender que os currículos, as práticas pedagógicas e as interações cotidianas frequentemente reforçam padrões hegemônicos que silenciam ou marginalizam corpos e identidades que fogem ao modelo *cisheteronormativo*.

A busca não é por substituir uma identidade dominante por outra, mas desarticular a própria ideia de identidade como algo fixo, coerente e natural. Isso tem implicações diretas na forma como a diversidade sexual e de gênero é tratada. A abertura ao pensamento em direção a esses sujeitos historicamente marginalizados convida educadores e gestores a construir espaços educativos mais plurais, críticos e acolhedores, que promovam o respeito à diferença e resistam às pressões conservadoras que buscam manter o *status quo*.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental. A escola, enquanto espaço de construção crítica e reflexão, deve ser um ponto de resistência à normatividade impositiva. Ao proporcionar um ambiente que acolha a diversidade de

gênero e sexualidade e ao permitir que essas questões sejam discutidas abertamente, a instituição escolar contribui para o fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva. Superar as visões excludentes que ainda permeiam o pensamento conservador é uma tarefa essencial para garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, possam viver de forma plena e sem receio de discriminação. A educação, assim, emerge como um vetor de transformação, desafiando as construções sociais limitadoras e fomentando a construção de um mundo mais justo e igualitário (Alves, 2022; Gonçalves, 2010; Junqueira, 2012).

3 Os temas LGBTI+ no currículo do ensino básico brasileiro

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados na segunda metade da década de 1990, têm como objetivo fornecer diretrizes para garantir coesão e organização no sistema educacional brasileiro, atribuindo ao Estado a responsabilidade de padronizar o currículo nacional. O documento visa a responder às demandas das políticas públicas de educação, destacando a relevância de discutir questões sociais significativas dentro do contexto escolar. Dentre os temas transversais contemplados, a orientação sexual é abordada nas Ciências Naturais, evidenciando a intenção de integrar temas relacionados à sexualidade e promover uma compreensão mais ampla e inclusiva das diversidades.

Os PCNs reconhecem a importância de abordar questões como a orientação sexual, com o propósito de combater preconceitos e estimular a empatia entre os estudantes, ampliando o entendimento sobre a comunidade LGBTI+. A inclusão desses temas no currículo busca implementar práticas que minimizem a discriminação e promovam o respeito mútuo. Um exemplo dessa abordagem é a inserção do tema transversal “Orientação sexual”, que visa a implementar ações educacionais que contribuam para a redução do preconceito e o fortalecimento da aceitação das diferenças dentro do ambiente escolar. Em todo caso:

[...] a sexualidade humana é considerada uma expressão que envolve fatores biológicos, culturais, sociais e de prazer, com significado muito mais amplo e variado do que a reprodução, para pessoas de todas as idades. É elemento de

realização humana em suas dimensões afetivas, sociais e psíquicas que incluem, mas não se restringem à dimensão biológica (Brasil, 1998, p. 46).

Os PCNs desempenham um papel fundamental na promoção do bem comum e do respeito social dentro dos ambientes educacionais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa. Ao abordar temas transversais, como a orientação sexual e a diversidade de gênero, os PCNs visam a orientar a formação de atitudes que favoreçam a convivência equilibrada e respeitosa entre os indivíduos. Essa abordagem propicia uma educação que vai além do conteúdo acadêmico, estabelecendo um compromisso com a formação ética e cidadã dos estudantes (Moura, 2011).

No cenário brasileiro, a falta de diversidade tem impulsionado retrocessos e perpetuado desigualdades, dificultando o progresso rumo à igualdade. O país, marcado por uma profunda pluralidade e uma longa história de desigualdade, enfrenta uma dívida histórica que precisa ser enfrentada. Teixeira *et al.* (2021) afirmam que, no início dos anos 2000, o conceito de diversidade ainda se limitava a um discurso sem ações concretas, todavia, nas duas décadas seguintes, a diversidade ganhou visibilidade e se concretizou, resultando em avanços significativos, especialmente na prevenção da violência no ambiente escolar. Rossi e Hunger (2012) ressaltam que essa concretização da diversidade não apenas fortaleceu a relevância do tema, mas também contribuiu para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso, promovendo a redução de conflitos e a melhoria das relações interpessoais. É possível afirmar que:

A escola ainda hoje resiste à inserção de discussões frequentes sobre a diversidade sexual em seu cotidiano e currículo formal. [...] O fato é que a escola pode desempenhar um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, uma vez que, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades das mais diversificadas, de gênero, raça/etnia, constituindo-se em um espaço generificado (Rossi; Hunger, 2012, p. 5).

A escola exerce um papel central na formação e desenvolvimento dos alunos, sendo essencial para o crescimento pessoal e social deles. No contexto educacional, o desenvolvimento de habilidades sociais deve ser integrado ao contexto societal, considerando a pluralidade e a diversidade que permeiam a sociedade. Os PCNs abordam a orientação sexual de forma abrangente, com o objetivo de incluir toda a comunidade LGBTI+ e enfatizar a relevância dos eixos temáticos relacionados ao “Ser

humano e à saúde”, além das questões de gênero. O documento reconhece a necessidade de integrar esses temas nos currículos escolares, buscando promover o conhecimento, a compreensão e o respeito pelas diferenças.

Ao abordar os temas transversais dos PCNs, é possível observar que, embora sejam de grande importância, algumas abordagens podem minimizar a complexidade da sexualidade ao enfatizar a ausência de verdades absolutas. A sexualidade, por sua natureza subjetiva, é formada por influências diversas e pode evoluir ao longo da vida. Conforme aponta Silva (2015, p. 85), “[...] a história da sexualidade está objetivada nos produtos da cultura”, indicando que ela é resultado da interação entre fatores biológicos e culturais. Essa perspectiva evidencia como a sexualidade é um fenômeno dinâmico, influenciado por contextos culturais e históricos, e essencial para o desenvolvimento integral do ser humano.

Em contraste, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como objetivo estabelecer diretrizes para o aprendizado essencial dos alunos em todas as etapas da Educação Básica, abrangendo as diversas modalidades de ensino. O documento passou por três versões entre 2015 e 2017, com uma atualização final em 2018 (Brasil, 2018). A BNCC tem gerado controvérsias, especialmente devido à omissão de temas considerados cruciais para a promoção da diversidade social, como “gênero” e “orientação sexual”, nas versões mais recentes. Essa exclusão revela uma desconexão entre as normas da BNCC e as realidades educacionais atuais, uma vez que questões relacionadas à diversidade e à comunidade LGBTI+ foram suprimidas, limitando a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e plural (Souza Junior, 2018).

Nas versões iniciais da BNCC, havia um destaque significativo para temas essenciais à promoção da pluralidade democrática e à inclusão da comunidade LGBTI+, com a inclusão desses tópicos no “Componente curricular de Biologia”. Nas versões subsequentes, essa abordagem foi consideravelmente reduzida. O documento original reconhecia a importância de abordar tais questões dentro do currículo escolar, entendendo-as como fundamentais para o avanço social e a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. As revisões subsequentes refletiram uma diminuição da ênfase sobre esses temas, evidenciando uma mudança nas prioridades do currículo e um afastamento das demandas atuais por uma educação mais inclusiva e plural. Logo:

Pode-se dizer que o jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se [sic] posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; *gênero*, *sexualidade*, *orientação sexual e homofobia* (Brasil, 2016, grifo nosso).

Após a segunda versão da BNCC, observou-se uma mudança substancial no tratamento da pluralidade dentro do currículo escolar. A terceira versão, publicada em 2017 durante o governo do ex-presidente Michel Temer, omitiu questões fundamentais como “gênero” e “orientação sexual”, temas que estavam presentes nas versões anteriores. Essa exclusão reflete um retrocesso significativo, evidenciando as modificações no conteúdo do documento e seu afastamento dos princípios de inclusão e diversidade defendidos inicialmente. O processo de elaboração da BNCC foi marcado por intensas disputas ideológicas e políticas, resultando em uma revisão que negligenciou temas cruciais para a promoção da igualdade e dos direitos humanos. A supressão de tópicos como gênero e orientação sexual criou um cenário incerto para a igualdade no ensino, comprometendo a construção de uma educação plural e inclusiva (De Moura, 2018).

Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar o papel do Plano Nacional de Educação (PNE) na promoção da inclusão e no avanço das questões educacionais no Brasil. O último PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014, com vigência até 2024, estabelece 10 diretrizes e 20 metas para a educação nacional. Durante sua tramitação, uma das principais controvérsias foi a modificação de medidas relacionadas à diversidade, com especial foco na promoção da igualdade de gênero e orientação sexual. O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, no inciso III do artigo 2º, enfatiza a necessidade de “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Essa alteração representa um esforço para integrar a diversidade nos parâmetros educacionais, buscando garantir um tratamento mais equitativo e inclusivo dentro das políticas de ensino (Brasil, 2014).

A luta contra a discriminação é fundamental para assegurar que todos os indivíduos sejam devidamente representados e incluídos em todas as esferas sociais. Esse esforço vai além da promoção de uma convivência mais harmônica, funcionando

também como uma barreira contra retrocessos que possam comprometer os avanços conquistados em termos de equidade e justiça social. A essência das democracias se encontra no diálogo aberto, na tolerância mútua e no respeito às divergências, pilares essenciais para a construção e preservação de uma sociedade justa e inclusiva, onde todos possam exercer seus direitos e liberdades de forma plena.

4 Considerações finais

Este artigo discutiu a relevância da educação sexual no ambiente escolar, evidenciando seu papel fundamental na promoção da inclusão e no reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade. A análise mostrou que a escola não se limita ao ensino acadêmico, mas é também um espaço essencial para a construção de atitudes e valores que influenciam a percepção dos alunos sobre si mesmos e sobre os outros, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, respeitosos e aptos a lidar com as questões sociais contemporâneas de forma ética e empática.

A integração de uma educação sexual abrangente e reflexiva é essencial para que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda e respeitosa da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Essa abordagem encontra resistência em algumas correntes conservadoras, que veem a inclusão de questões relacionadas a gênero e sexualidade como uma ameaça aos valores tradicionais. Esse pensamento conservador, muitas vezes, reforça estereótipos e perpetua a visão binária de gênero, limitando a aceitação das diferentes identidades e orientações sexuais. Ao desafiar tais preconceitos e normas rígidas, a educação sexual nas escolas tem o potencial de reduzir o estigma associado às identidades de gênero e orientações sexuais diversas, criando um ambiente no qual todos os estudantes se sintam reconhecidos, respeitados e seguros para expressar sua verdadeira identidade. É possível, aos poucos, combater as ideologias retrógradas e construir uma educação que valorize a pluralidade humana como um princípio fundamental.

O artigo destacou a importância de uma abordagem pedagógica que não se limite à transmissão de conhecimentos biológicos, mas que abarque também as dimensões emocionais, sociais e culturais da sexualidade. Essa abordagem integrada é

fundamental para preparar os alunos a compreenderem a complexidade da sexualidade de maneira saudável, respeitosa e informada. Ao adotar uma perspectiva mais ampla, a educação sexual pode proporcionar aos estudantes ferramentas para que possam lidar com as questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, promovendo a aceitação e o respeito à diversidade. Isso não apenas contribui para o desenvolvimento integral dos discentes, mas também para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e menos propenso à discriminação.

A educação sexual deve ser entendida como um instrumento essencial para o desenvolvimento completo dos alunos, proporcionando não apenas o conhecimento necessário, mas também as habilidades para interagir de maneira respeitosa e empática. A escola, enquanto espaço formativo, tem o potencial de se tornar um agente de transformação social significativa. A implementação eficaz de políticas educacionais que promovam a diversidade e a inclusão é, portanto, vital para alcançar esse objetivo. É imprescindível que se mantenham e expandam esses esforços, assegurando que todos os educandos tenham acesso a uma educação que valorize, respeite e celebre suas identidades e experiências, criando um ambiente no qual cada um se sinta reconhecido e respeitado em sua pluralidade.

5 Referências

ALVES, M. I. A. Questões de gênero e educação no Estado do Amazonas. *Revista Relações Sociais*, Viçosa-MG, v. 5, n. 3, p. 13776-01e, 2022. Disponível em: <https://beta.periodicos.ufv.br/reves/article/view/13776>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ARENHART, C.; PASQUALLI, R. Currículo integrado, metodologias e práticas docentes na Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Cocar*, Belém, n. 18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5747>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Proposta Preliminar. Brasília, DF: Secretaria da Educação Básica, 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental: orientação sexual*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, v. 19, n. 11, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/download/55155306/Judith_Butler_escreve_sobre_sua_teoria.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

DAL'IGNA, M. C. *et al.* Gênero, sexualidade e biopolítica: Processos de gestão da vida em políticas contemporâneas de inclusão social. *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 27, p. 140-140, 2019.

DE MOURA, F. P. Conservadorismo cristão e perseguição aos estudos de gênero: a quarta versão da BNCC. *Communitas*, Florianópolis, v. 2, n. esp, p. 47-63, 2018. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/491>. Acesso em: 8 ago. 2024.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, p. 477-492, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FREIRE, P. Gênero, ideologia e poder: uma análise crítica dos discursos parlamentares sobre a política educativa no Brasil. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 3, p. 230-248, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8113>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GONÇALVES, G. O. Voz da diversidade: os discursos da imprensa gay masculina no Brasil. *Revista Alterjor*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/124014>. Acesso em: 21 jul. 2024.

HEILBORN, M. L. Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 43-59, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H9vcsRTzLyVBFPg6kCbyn6q/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. *Discursos fora da Ordem: Deslocamentos, Reinvenções e Direitos*, Florianópolis, v. 25, n. 277-305, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131962>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfVLVSDYNnH8nzJV3MmQk/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, p. 11-23, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k5cVRT5zZcDBcYpDCTxTMPc/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOURA, A. F. M. *et al.* Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 29, n. 67, p. 437-446, 2011.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-640978>. Acesso em: 3 jun. 2024.

RAMOS, M. M. Teorias feministas e teorias queer do Direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1679-1710, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50776>.

Acesso em: 12 abr. 2024.

RIBEIRO, C. J.; MORAES, C. F.; KRUGER, N. R. M. A universidade e os corpos invisibilizados: Para se pensar o corpo LGBT. *Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 7, n. 2, p. 357-372, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9305>.

Acesso em: 11 jul. 2024.

ROCHA, D. C. A. Identidade, representações e performatividade: palavras, ações e crucificação na Parada Gay em São Paulo. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 19, p. 849-870, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbla/a/Z7PfYHTxDjGFHCsgkVHB4fy/?format=pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ROSSI, F.; HUNGER, D. As etapas da carreira docente e o processo de formação continuada de professores de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 26, p. 323-338, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbefe/a/7wf83w6W8vSv6JKL5VhV95b/?format=pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SALLES, A. C. T. C.; CECCARELLI, P. R. A invenção da sexualidade. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 15-24, 2010. Disponível em:

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v32n60/v32n60a02.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SALVATIERRA, L. *et al.* Relatos de experiência do projeto de extensão “Adolescência saudável e cidadania LGBT: Ações de educação sexual e introdução a direitos humanos”. *Interfaces: Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19073>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SANTOS, M. R. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FnwRZTFmLGFjPFy6XYPTYPF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SARAT, M.; CAMPOS, M. I. Gênero, sexualidade e infância: (Con)formando meninas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 7, n. 12, p. 45-56, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2951>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SILVA, M. M. Pedagogia histórico-crítica e sexualidade na educação escolar: considerações a partir da análise do tema “orientação sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 78-88, 2015.

SILVA, R. A.; SOARES, R. Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância. *Educar em Revista*, Curitiba, n. esp., p. 135-151, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3p7PHksfpy5YVDRfwfW8FsF/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVA, W. R. Proposta de análise textual-discursiva do gênero relatório de estágio supervisionado. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 28, p. 281-305, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/SQ7r4zHyxxvYdNgcTzLbfBp/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA JUNIOR, P. R. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565157.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

TEIXEIRA, J. C. *et al.* Inclusão e diversidade na administração: manifesta para o futuro-presente. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 61, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/RHJd88FZdXv6qWbTgpQbh8B/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/GLXn5cWf64fBJNRxdv7X5kK/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Kelvi da Silva Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

 <https://orcid.org/0009-0001-6937-4604>

Mestrando em Educação pela UFRGS. Graduado em licenciatura em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf, 2024). Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (Geerge) da UFRGS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço (Geppse) da Univasf.

Contribuição de autoria: Escrita textual, revisão de conteúdo e formatação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0039283860812910>

E-mail: kelvi.svaoliveira@gmail.com

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço (Geppse)

 <https://orcid.org/0000-0002-9640-3351>

Graduado em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2006), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente com ênfase em Gestão e Políticas Ambientais pela UFPE (2009) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP, 2015). Professor adjunto da Univasf, *campus* Senhor do Bonfim - Colegiado de Geografia. Coordenador do Laboratório de Geografia Humana do curso de Geografia da Univasf (desde 2018); líder do Geppse da Univasf (desde 2016).

Contribuição de autoria: Escrita textual, revisão de conteúdo e formatação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6947287718664579>

E-mail: pedro.nobrega@univasf.edu.br

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho

Pareceristas *ad hoc*: Charlinton José dos Santos Machado e Cris Judar

Como citar este artigo (ABNT):

OLIVEIRA, Kelvi da Silva; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. “Resistir para existir”: conservadorismo, gênero e sexualidade no contexto educacional. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 10, e14015, 2025. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e14015>



Recebido em 3 de janeiro de 2025.

Aceito em 4 de maio de 2025.

Publicado em 2 de junho de 2025.

